



www.bancariosdf.com.br

Espelho DF

Brasília, 28 de fevereiro de 2011



CUT

CONTRAF



FETEC CUT
Centro Norte



Cresce a mobilização pelo cumprimento da jornada de 6 horas



Ato no CSO SIA, dia 15



Manifestação no CSL do SCS, dia 25

Sindicato deflagra série de protestos para **mobilizar os bancários e pressionar o BB** pelo cumprimento da **jornada legal**

PÁGINA 5

Sindicato e BB retomam mesa permanente com negociação sobre assédio moral, Previ, Sesmt e jornada de 6 horas

PÁGINA 5

Sindicato obtém mais uma vitória pela jornada legal dos antigos Assistentes de Negócios

PÁGINA 5

Reunião de delegados sindicais no Sindicato debate reestruturações e ações de 7ª e 8ª horas

Delegados sindicais discutem 6h e reestruturação

Delegados sindicais do Banco do Brasil se reuniram na sede do Sindicato na terça-feira 22 para debater e receber informações sobre a negociação permanente, reestruturações e jornada legal de 6 horas, além de tirar várias dúvidas sobre assuntos de interesses do funcionalismo.

“Os principais temas da reunião foram as questões da jornada legal de 6 horas e as reestruturações, com suas implicações. A assessoria jurídica do Sindicato conversou com os delegados sobre como estão as ações judiciais de indenização da 7ª e 8ª horas trabalhadas”, comentou Wadson Boaventura, diretor do Sindicato.

O Sindicato vai continuar com o trabalho de mobilização em relação a 7ª e 8ª horas com atividades nas agências e prédios administrativos. “Vamos continuar pressionando o banco pela via judicial e também com a mobilização dos bancários. Já são muitas ações contra o BB. No ano passado a empresa gastou 150% a mais com demandas trabalhistas”, afirma Rafael Zanon, secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato.

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB e diretor do Sindicato, Eduardo Araújo, informou que as próximas mesas de negociação programadas para fevereiro e março tratarão sobre incorporados, Previ, reestruturação e Plano de Carreiras e Remuneração (PCR). Ele também apresentou o esboço do novo Plano de Cargos e Salários, agora chamado de PCR, uma conquista da Campanha Nacional Unificada 2010.

Um dos principais avanços no PCR, segundo ele, é a implementação da carreira de mérito, que agrega valor no plano de carreiras e remuneração para os que estão em cargos comissionado nos últimos cinco anos. O detalhamento do PCR será apresentado posteriormente.

Os diretores do Sindicato também conversaram com os delegados sobre a reivindicação de abertura de mesa temática sobre segurança nas negociações com o banco. “Muitas agências estão sendo abertas no Brasil sem condições mínimas de segurança, como a instalação de portas giratória”, diz Eduardo Araújo.

Leia mais em www.bancariosdf.com.br



Bancários participam da manifestação no CSL



Saulo Rodrigues, diretor do S

Sindicato intensifica com protestos, reu



Agência Banco Central - 17/02



Agência 502 Sul - 04/02



Agência Receita Federal - 10/02



Agência Brasília Shopping - 03/02

O Sindicato vem promovendo uma série de manifestações e reuniões nas agências do Banco do Brasil em todo o DF para cobrar da direção da empresa o cumprimento da jornada de 6 horas. Desde o início do ano, já foram realizadas quase uma dezena de reuniões nos locais de trabalho, inclusive na posse de novos bancários, além de dois grandes atos públicos – um no CSO do SIA, no dia 15, e o último no CSL do Setor Comercial Sul, na sexta 25, que, mesmo sob chuva, contou com a participação dos funcionários dos edifícios Camargo Corrêa, Morro Vermelho e Paulo Sarasate.

“A jornada de 6 horas é uma conquista histórica da categoria bancária de que não vamos abrir mão. Para isso estamos atuando em várias frentes, principalmente pela via da mobilização e da via judicial, para ver respeitada a legislação sobre as 6 horas, que vem sendo descumprida sis-



Sindicato, no ato do CSL



O diretor Wadson Boaventura, fala aos bancários no SCS

Sindicato conquista nova vitória para os Asnegs

Mais uma vitória do Sindicato na luta pelo cumprimento da jornada de 6 horas no Banco do Brasil. A 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Brasília manteve nesta quarta-feira 16 a condenação do BB que fixa em 6 horas diárias a jornada de trabalho dos Assistentes A em Unidades de Negócios (antigos Asnegs) do banco.

O Tribunal entendeu que havia homogeneidade de situação quanto às atribuições dos Assistentes de Negócio e que elas não configuram função de confiança, de modo que têm que ser enquadrados na jornada de 6 horas. A sentença anterior, favorável ao Sindicato, foi mantida na íntegra.

Em junho do ano passado, a juíza Nara Cinda Álvares Borges, da 2ª Vara do Trabalho de Brasília, havia determinado ao BB o enquadramento dentro dessa jornada de trabalho, sem redução salarial, dos assistentes de negócios. Pela decisão, esses bancários, uma vez que auxiliam os gerentes mas são indevidamente fixados pelo BB numa carga diária de 8 horas, não podem ser considerados empregados de confiança.

"Vamos seguir na luta, em várias frentes, para que os bancos cumpram a jornada de 6 horas, como determina a legislação. No campo político, por exemplo, o Sindicato fará manifestações em todo o DF para mobilizar os bancários e dar visibilidade à luta. Já no campo judicial, daremos continuidade ao trabalho de ingresso de ações coletivas", adiantou o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Rafael Zanon.

O Sindicato aguarda agora a publicação do acórdão para saber se o Banco do Brasil recorrerá, mais uma vez, da decisão. O número do processo é 0001050-42.2009.5.10.0002 (2ª Vara do Trabalho).

Ações de 7ª e 8ª horas trabalhadas

O Sindicato está formando grupos de bancários que ocupam ou já ocuparam cargos de assistentes de negócios e que estão interessados em ingressar na Justiça com ação pelo pagamento da 7ª e 8ª horas trabalhadas. A ação visa cobrar o pagamento referente aos últimos cinco anos. Preencha o formulário disponível em www.bancariosdf.com.br.

Luta pelas 6 horas diárias e negociação

tematicamente pelo BB", adverte o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Rafael Zanon. "Os bancários precisam estar mobilizados e atentos às ações do Sindicato, que vão continuar".

Na retomada da mesa permanente de negociação, no último dia 18, a Comissão de Empresa dos Funcionários insistiu na necessidade de o BB se adequar à legislação. Segundo Eduardo Araújo, coordenador nacional da Comissão de Empresa, "é preciso que o BB saia da ilegalidade, sob pena de ter que arcar com montantes cada vez maiores para fins de pagamento de passivos trabalhistas". Durante a reunião, os representantes do BB se limitaram a dizer que o assunto está sendo analisado (leia matéria na página 4), apesar de já ter assumido compromisso de resolver o problema ainda no primeiro semestre do ano passado.

Descaso do BB e ações do Sindicato

O BB vem acumulando um longo histórico de desrespeito à jornada legal dos bancários, o que tem gerado uma onda de processos de bancários na Justiça cobrando a 7ª e 8ª horas. No final do ano passado, por exemplo, o Sindicato ingressou com diversas ações coletivas por grupos e outras ações estão sendo preparadas.

Paralelamente às ações judiciais, o Sindicato continuará com as manifestações contra o descaso do banco em relação ao cumprimento da jornada de 6 horas.



Agência 406 Sul - 23/02



Agência Dnit - 1º/02

Jornada de 6h, assédio moral, PCR, Previ e Sesmt marcam retomada da mesa permanente

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil se reuniu com a direção do banco na sexta-feira (18) para a primeira rodada de negociação da mesa permanente deste ano. Durante a reunião, que durou mais de três horas, foram tratados vários assuntos, entre eles o combate ao assédio moral, Previ, jornada de 6h e Sesmt.

Em relação ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt), os representantes dos trabalhadores voltaram a cobrar o concurso para completar o quadro de pessoal não preenchido com o processo de seleção interna. O negociador do banco José Roberto reconheceu que houve atraso no edital para a abertura do certame.

“Essa situação não pode se estender por mais tempo. A chamada Carreira Sesmt trará importantes melhorias para a saúde e segurança do conjunto do funcionalismo, uma vez que implanta serviços que garantem condições seguras de trabalho”, afirma Eduardo Araújo, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB e diretor do Sindicato.

Ao reivindicar mudanças no Previ Futuro, a Comissão de Empresa cobrou o resgate da parte I (contribuição para o benefício de risco) e das contribuições patronais, além da diminuição da parcela Previ. O banco ficou de agendar uma negociação específica para tratar apenas do Previ Futuro.

A Comissão de Empresa solicitou mudança no estatuto do BB para contemplar a eleição do representante dos funcionários no Conselho de Administração do banco. Em resposta, o BB disse que aguarda a regulamentação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) sobre o tema.



Carreira de mérito

O Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) foi um dos assuntos abordados entre os representantes dos bancários e do BB. O negociador do banco informou que o BB vai cumprir o prazo e viabilizar a carreira de mérito até o final de março. Na folha de abril, segundo José Roberto, serão disponibilizados os reflexos.

Ainda sobre o PCR, o negociador ressaltou que a pontuação por cargo será apresentada ao movimento sindical até a próxima semana. Serão consideradas substituições e reflexos aos sábados, domingos e feriados, a título de pontuação.

A Comissão de Empresa cobrou explicações do BB por ter se recusado a assinar acordo de assédio moral com a Contraf-CUT no último dia 26 de janeiro. O negociador do banco tentou justificar a ausência da instituição na assinatura do texto afirmando que o BB já possui um instrumento de combate ao mal: os comitês de ética.

Big Brother do BB

O movimento sindical cobrou explicações do BB acerca do novo sistema de gerenciamento de serviços implementado nos CSOs e na Disap, que vem expondo todas as equipes a constrangimentos e pressões por conta da publicação dos nomes dos funcionários em ranking

que mede o desempenho individual. Na avaliação do movimento sindical, trata-se de uma flagrante política de assédio moral coletivo.

Reestruturações

Os problemas causados pelas reestruturações de alguns setores, como a Cogel, Dicom e Dicre, entre outros, não deixaram de ser abordados pela Comissão de Empresa. A comissão solicitou garantia e prioridade aos funcionários dos setores reestruturados, como ocorreu na Nossa Caixa, quando foram bloqueadas as comissões até a realocação dos funcionários.

6 horas

Em relação à reivindicação pelo cumprimento da jornada de 6 horas – uma conquista histórica do movimento sindical –, os bancários reafirmaram a necessidade de o BB seguir a legislação vigente. O BB disse que está estudando uma solução para o assunto.

Outra preocupação da Comissão de Empresa é o projeto de agências complementares, que prevê a contratação de correspondentes bancários. O BB ficou de apresentar o projeto aos sindicatos. A meta do banco é firmar presença em todos os 5.465 municípios do país até 2015.

Leia a matéria na íntegra em www.bancariosdf.com.br.

Incorporados

Um dos assuntos mais debatidos entre os representantes dos trabalhadores e o BB foi a situação dos funcionários oriundos dos bancos incorporados pelo Banco do Brasil em relação aos planos de previdência e de saúde. A Contraf voltará a se reunir com o banco para discutir o assunto, provavelmente em março deste ano.

Também foi informado ao banco que os sindicatos estão criando grupos de estudos para elaborar uma proposta definitiva e ampla sobre o tema. Parte desses bancários está sem nenhum plano de saúde. “Recebemos inúmeras denúncias de trabalhadores que estão passando dificuldades por estarem totalmente desamparados e com sérios problemas financeiros. Sem plano de saúde, eles estão sendo obrigados a tirar dinheiro do próprio bolso para custear tratamentos caríssimos de saúde”, lembra Eduardo Araújo, coordenador nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários e diretor do Sindicato.

Durante a negociação o banco assumiu o compromisso de custear as despesas de atendimentos médicos de urgência ou em situações de risco elevado, para trabalhadores provenientes de bancos incorporados e que se encontram em Brasília, sem plano de saúde. Pessoas nesta situação devem se dirigir ao Sindicato para buscar orientação sobre os procedimentos.